



**Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**  
**Departamento da Indústria de Defesa**  
**COMDEFESA**

**FEVEREIRO/2016**

## **SÍNTESE COMDEFESA I**

No dia 01 de fevereiro o COMDEFESA realizou sua primeira reunião plenária que contou com a presença da Sra. Perpétua Almeida, recentemente empossada no cargo de Secretária de Produtos de Defesa da SEPROD (Ministério da Defesa).

No esforço da SEPROD em compreender e auxiliar nas atuais necessidades do setor de defesa, foi proposto aos integrantes do COMDEFESA que expusessem seus óbices para análise e reavaliação do Governo.

Embora muitos deles sejam comuns ao setor e de conhecimento de todos os envolvidos – ex.: orçamento – destacaram-se, também, pontos específicos de extrema importância – ex.: legislação – que contribuíram para ampliar o conhecimento de todos os presentes acerca do atual cenário e ameaças para o mercado de defesa nacional e internacional.

Nessa oportunidade, a SEPROD recebeu algumas sugestões da indústria a fim de buscar soluções com foco nos problemas postergados há décadas por razões diversas, mas carecem de medidas imediatas para que a Base Industrial de Defesa no Brasil possa se reestruturar.



**Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**  
**Departamento da Indústria de Defesa**  
**COMDEFESA**

Foram expostas as prioridades do ponto de vista do Ministério da Defesa:

- Definição das tecnologias que o País precisa dominar e as dependências a serem superadas;
- Integração das demandas das três Forças Armadas;
- Reorganização da Base Industrial de Defesa;
- Alternativa de criação de fundo nacional para a defesa;
- Reavaliação da Lei 12.598 e suas aplicações;
- Criação de um novo Departamento dentro da SEPROD com o objetivo de captar recursos para auxiliar o financiamento e impulsionar a defesa nacional abarcando toda a BID: Universidades, Centros de Pesquisa, Indústria e Forças Armadas.

Por parte dos integrantes do COMDEFESA foram destacadas como prioridades:

- I. Criação de uma nova nomenclatura que contemple “serviços” dentro da SEPROD, que hoje é focada em produtos de defesa;
  - Embora a definição de Produto de Defesa (PRODE) seja todo bem, serviço, obra ou informação empregado para a defesa, existe por parte da indústria a necessidade de medidas que abranjam – de forma equivalente – todos estes processos pelo Ministério da Defesa.
- II. Padronização de processos de aquisição da demanda nacional;
  - Na Estratégia Nacional de Defesa (2008) já é mencionada a formulação de uma política articulada de compras a ser implementada pela SEPROD, que uma vez definida trará benefícios em planejamento, gestão e controle dos



**Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**  
**Departamento da Indústria de Defesa**  
**COMDEFESA**

programas militares garantindo a alocação eficiente dos recursos, alto desempenho dos programas e qualidade dos produtos e serviços de defesa. Espera-se com isso, além da eliminação de gastos sobrepostos a otimização das tecnologias sensíveis.

**III.** Questões relacionadas a compras: importação mínima inevitável (insumos), barreiras da Lei 8.666 impostas pela obrigatoriedade de escolha pelo menor preço, custo Brasil;

➤ A política de compras de produtos de defesa deve caminhar de acordo com a realidade da IND. A legislação brasileira permite que se importe produtos de defesa com isenção de impostos e, embora tenha sido aprovada a Lei 12.598 que possibilita a aquisição a partir de conteúdo tecnológico e estratégico para a defesa nacional, ainda existem entraves para a sua aplicação.

**IV.** Lei Nº 12.598 e RETID;

➤ Necessidade de articulação do Ministério da Defesa junto à Receita Federal a fim de estabelecer padrão para a execução da instrução normativa do RETID pelas Delegacias da RF antes de repensar a Lei 12.598 para que a indústria possa fruir, de fato, do benefício e posteriormente avaliar seu uso.

**V.** Definição de conteúdo nacional e domínio tecnológico;

**VI.** Isenção/minimização de impostos no desenvolvimento de produtos/serviços estratégicos;

**VII.** Aculturamento do País sobre a importância da defesa nacional e os prejuízos que o sucateamento das Forças Armadas ocasiona;

**VIII.** Medidas para superar questões orçamentárias / previsibilidade (compras do Governo) de forma que o pagamento possa ser realizado a partir



**Federação das Indústrias do Estado de São Paulo**  
**Departamento da Indústria de Defesa**  
**COMDEFESA**

de outras fontes da União que não comprometam o orçamento já escasso. A respeito desta questão, foi proposta uma alternativa:

É sabido que ao final de cada ano – todo dia 31/12 – os bancos da União apresentam volume de recursos, muitas vezes originados do Fundo de Investimento do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador (FI-FAT) destinados a investimentos no País e não utilizados dentro desse exercício do ano fiscal.

Os fundos parafiscais no Brasil (FGTS e FAT) são utilizados, além de sua função originária – seguro social (seguro-desemprego, indenizações, etc.), e através dos bancos públicos, no apoio aos investimentos de cunho social: projetos de infraestrutura, saneamento básico, habitações populares, e atividades econômicas que geram emprego e renda.

A proposta é que sejam listados – juntamente com as empresas financeiras – os projetos, bens e serviços prioritários para a defesa nacional. Dessa forma, seria possível solicitar os repasses da União a tais projetos e prever com maior segurança todas as suas etapas.

A reunião durou cerca de 3 horas e os debates que ocorreram devido ao alto nível de importância dos temas propostos muito enriqueceram os trabalhos e devem cooperar nas próximas ações da SEPROD no empenho de auxiliar a reestruturação da Base Industrial de Defesa do País.